

# Funcionário da Justiça Eleitoral faz verificação de urnas eletrônicas que serão utilizadas na



## CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BOXE - CBBOXE

CNPJ nº 33.836.065/0001-20

Balancos Patrimoniais Findos em 31 Dezembro de 2017 e 2016 - Em Reais

| Ativo                                     | 31/12/2017          | 31/12/2016          | Passivo                                | 31/12/2017          | 31/12/2016          |
|---|---------------------|---------------------|--|---------------------|---------------------|
| <b>Ativo Circulante</b>                   | <b>3.964.065,50</b> | <b>3.610.173,16</b> | <b>Passivo Circulante</b>              | <b>316.859,21</b>   | <b>378.791,29</b>   |
| <b>Disponível</b>                         | <b>3.858.559,97</b> | <b>3.504.667,63</b> | Comitê Olímpico Brasileiro             | 136.229,83          |                     |
| Caixa                                     | 6.254,68            | 254,68              | Outras Contas a Pagar                  | 8.504,62            | 6.222,13            |
| Banco Conta Movimento                     | 136.006,55          | 572.248,49          | Honorários Contábeis a Pagar           | 2.082,70            | 2.137,25            |
| Aplicações de Liquidez Imediata           | 3.716.298,74        | 2.932.164,46        | Honorários Advocaciais a Pagar         | 4.084,88            | 4.084,88            |
| Outros Créditos                           | 105.505,53          | 105.505,53          | Serviços de Terceiros a Pagar          | 2.337,04            |                     |
| Valores a Compensar                       | 101.527,71          | 101.527,71          | Obrigações Trabalhistas e Tributárias  | 159.328,91          | 165.776,25          |
| Tributos a Compensar                      | 3.977,82            | 3.977,82            | Outras Obrigações                      | 29.548,91           | 70.563,08           |
| <b>Ativo Não Circulante</b>               | <b>296.311,44</b>   | <b>263.858,39</b>   | Aluguel a Pagar                        | 13.341,61           | 13.341,61           |
| Depósitos Judiciais                       | 258.122,99          | 258.122,99          | Contas Adversas a Pagar                | -                   | 1.221,47            |
| Dep. Jud. Proc. nº 0509067-65.1996.8.26   | 36.619,99           | 36.619,99           | COB Empreéstimo                        | 16.207,30           | 56.000,00           |
| Dep. Jud. Proc. nº 0019265-21.2013.8.26   | 15.742,89           | 15.742,89           | Provisões                              | 119.476,77          |                     |
| Depósitos Judiciais                       | 205.760,11          | 205.760,11          | Provisão p/ Férias                     | 87.336,80           |                     |
| <b>Imobilizado</b>                        | <b>38.188,45</b>    | <b>5.735,40</b>     | Encargos Sociais s/ Provisão p/ Férias | 32.139,97           |                     |
| Imóvel                                    | 34.624,80           | 34.624,80           | <b>Passivo Não Circulante</b>          | <b>232.456,13</b>   |                     |
| Bens Móveis                               | 122.025,54          | 87.436,54           | Provisão p/ Contingências              | 232.456,13          |                     |
| Equipamentos de Informática               | 39.423,58           | 39.423,58           | Contingências Cíveis                   | 232.456,13          |                     |
| Equipamentos e Materiais p/ Treino        | 9.669,84            | 9.669,84            | <b>Patrimônio Social</b>               | <b>3.711.061,60</b> | <b>3.495.240,26</b> |
| Máquinas e Equipamentos                   | 2.025,00            | 2.025,00            | Patrimônio Social                      | 3.495.240,26        | 2.374.364,35        |
| Móveis e Utensílios                       | 36.318,12           | 36.318,12           | Superávit do Exercício                 | 215.821,34          | 1.120.875,91        |
| Veículos                                  | 34.589,00           | -                   | <b>Total do Passivo</b>                | <b>4.260.376,94</b> | <b>3.874.031,55</b> |
| (-) Depreciações                          | (118.461,89)        | (116.325,94)        |  |                     |                     |
| (-) Deprac. Acum. - Instalações           | (34.624,80)         | (43.162,95)         |  |                     |                     |
| (-) Deprac. Acum. - Equip. de Informática | (39.423,58)         | (38.057,79)         |  |                     |                     |
| (-) Deprac. Acum. - Equip. Mat. p/ Treino | (9.669,84)          | (6.495,64)          |  |                     |                     |
| (-) Deprac. Acum. - Máquinas e Equip.     | (2.025,00)          | (1.216,74)          |  |                     |                     |
| (-) Deprac. Acum. - Móveis e Utensílios   | (29.296,98)         | (27.392,82)         |  |                     |                     |
| (-) Depreciação Acumulada Veículos        | (3.421,69)          | -                   |  |                     |                     |
| <b>Total Ativo</b>                        | <b>4.260.376,94</b> | <b>3.874.031,55</b> |  |                     |                     |

### Completivas das Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - Em Reais

1 - **Comentário Operacional:** A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BOXE, é uma entidade civil de direito privado, de caráter assistencial e sem fins lucrativos, subvencionada pelo Comitê Olímpico Brasileiro com prazo de duração indeterminado, que se rege pelo Estatuto e pela Social e pela legislação aplicável. Sediada na cidade de São Paulo - SP à Rua Tumiaru, 77 - Vila Mariana. 2 - **Apresentação das Demonstrações Contábeis:** A Administração da CBBOXE autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 31/01/2018. Estas demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. 3 - **Mudança de Prática Contábil:** a) A partir do exercício de 2017, foi constituída a Provisão para a Contingência Cível no montante de R\$ 232.456,13 em observância ao disposto na Resolução nº 3823/2009 que promulgou o CPC 25, em razão do Assessor Jurídico ter considerado perda provável. b) Em observância ao disposto na Resolução nº 1367/2011, a partir do exercício de 2017 foi constituída a Provisão de Férias e Encargos Sociais. 4 - **Resumo das Principais Práticas Contábeis:** a) **Caixa e Equivalente de Caixa** - inclui os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado; b) **Imobilizado** - estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, a taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens, emana-

| Composição                   | % Taxas de Depreciação | R\$ Custo de Aquisição | R\$ Depreciação Acumulada | R\$ Líquido 2017 | R\$ Líquido 2016 |
|------------------------------|------------------------|------------------------|---------------------------|------------------|------------------|
| Imóvel                       |                        | 34.624,80              | (34.624,80)               | -                | (8.538,15)       |
| Equip. de Informática        | 20%                    | 39.423,58              | (39.423,58)               | -                | 1.365,79         |
| Equip. e Materiais p/ Treino | 10%                    | 9.669,84               | (9.669,84)                | -                | 3.174,20         |
| Máquinas e Equip.            | 10%                    | 2.025,00               | (2.025,00)                | -                | 808,26           |
| Móveis e Utensílios          | 10%                    | 36.318,12              | (29.296,98)               | 7.021,14         | 8.925,30         |
| Veículos                     | 20%                    | 34.589,00              | (3.421,69)                | 31.167,31        | -                |
| <b>Total</b>                 |                        | <b>156.650,34</b>      | <b>(118.461,89)</b>       | <b>38.188,45</b> | <b>5.735,40</b>  |

### 7- Obrigações Trabalhistas e Tributárias

| Descrição                   | 31/12/2017 | 31/12/2016 | IRRF a Recolher s/ Retirada        |                   |                   |
|-----------------------------|------------|------------|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Salários a Pagar            | 114.320,60 | 62.568,82  | IRRF a Recolher s/ Serv. Prestados | 375,30            | 714,78            |
| Retiradas Estatutárias      | 16.806,48  | 16.860,94  | IRRF a Recolher s/ Aluguel         | -                 | 666,03            |
| INSS a Recolher             | 20.160,65  | 59.904,86  | IRRF a Recolher s/ Manut. Atleta   | 2.889,63          | 2.889,63          |
| FGTS a Recolher             | -          | 5.333,76   | ISS a Recolher s/ Serv. Prestados  | 800,50            | 774,54            |
| IRRF s/ Salários a Recolher | 3.348,64   | 10.782,60  | INSS de Terceiros a Recolher       | 142,82            | -                 |
| PIS s/ Folha de Pagamento   | 360,46     | 1.222,46   | PIS/COFINS/CSLL a Recolher         | 123,83            | 60,53             |
|                             |            |            | <b>Total a Pagar</b>               | <b>159.328,91</b> | <b>165.776,25</b> |

Mauro Jose da Silva - Presidente - CPF 782.522.298-91

Elisângela Cristina Marques Horácio - Contadora - CRC 1SP232558/O-7

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BOXE - CBBOXE  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Boxe - CBBOXE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Boxe - CBBOXE em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, porém em razão da não exigência por parte do órgão regulador da entidade, este relatório não é elaborado e consequentemente, não acompanha as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das

demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar

nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2018

Sacho - Auditores Independentes - CRC - 2SP 017.676/O-8  
Hugo Francisco Sacho - CRC - 1SP 124.067/O-1

